

AS IDÉIAS ORTOGRÁFICAS DE MACHADO DE ASSIS¹

CLAUDIO CEZAR HENRIQUES

O melhor escrito deve parecer-se com a vida,
e a vida é, muitas vezes, um trocadilho ordinário.
(Machado de Assis, *A Semana*: 28 de outubro de 1894)

O ano é 1895. O dia, 12 de maio. Na crônica de *A Semana*, escreve Machado de Assis:

No meio dos problemas que nos assoberbam e das paixões que nos agitam, era talvez ocasião de falar da escritura fonética. O fonetismo é um calmante. Há quem o defenda convencidamente, mas ninguém se apaixona a tal ponto, que chegue a perder as estribeiras. É um princípio em flor, uma aurora, um esboço que se completará algum dia, daqui a um século, ou antes. A Academia Francesa, bastilha ortográfica, ruirá com estrondo; os direitos do som, como os do homem, serão proclamados a todo o universo. A revolução estará feita. A tuberculose continuará a matar, mas os remédios virão da *farmácia*. Talvez haja um período de transição e luta, em que as escolas se definam só pelo nome; e a *farmácia* e a *pharmácia* defendam o valor de suas drogas pela tabuleta. *Ph* contra *f*.

Pela previsão de Machado, o fonetismo se completaria em “um século, ou antes”. Foi antes: levou 48 anos No Brasil, as controvérsias sobre as variedades de ortografia só terminaram (em termos) quando da aprovação pela Academia Brasileira de Letras das *Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, que tomavam por base o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa, edição de 1940. A sessão ocorreu no dia 12 de agosto de 1943, e a aprovação se deu por unanimidade.

Dizemos que terminaram (oficialmente) porque cumpriam o que determinava o decreto-lei nº 292, de 23 de fevereiro de 1938, atribuindo à Academia a autoridade sobre a questão ortográfica e estabelecendo um

¹ Este texto toma por base um trecho do capítulo “Intervenções Metalingüísticas”, de meu livro *Atas da Academia Brasileira de Letras*. Esta versão incorpora novas informações, aumenta as referências a crônicas de Machado e pormenoriza os dados concernentes às propostas de sistematização ortográfica votadas pela Academia no ano de 1907.

prazero para que se pronunciasse a respeito. Passaria ela a ser a nossa "bastarda ortográfica"...

Mas a história dos acordos ortográficos no Brasil, ou entre o Brasil e Portugal, é longa e infundável. Parece que faz parte da natureza dos seres alfabetizados tratar desse assunto sob humores e fins variados. Às vezes como uma simples dúvida ou consulta de ordem prática, outras vezes como uma bem nutrida e grave questão de soberania nacional ou de integridade erudita pessoal. Nessa situação, o tema é capaz de ultrapassar limites ideológicos de esquerda ou de direita, convergindo sempre para o radicalismo que os une em todas as suas diferenças.

A participação de Machado de Assis nessas discussões tem importância não apenas por seu reiterado prestígio como um dos maiores escritores de língua portuguesa, que em muitas de suas crônicas e ensaios tratou de temas ligados aos mais variados aspectos da expressão linguística, fossem de sintaxe, estilística, lexicologia. Machado tem lugar garantido na discussão ortográfica porque, como presidente da Academia Brasileira de Letras, esteve à frente das concorridas e acaloradas sessões que transcorreram nos anos de 1906 e 1907, as quais resultaram numa decisão pioneira no Brasil quanto aos hábitos ortográficos, ou seja, a implantação da ortografia simplificada, substituta da grafia etimológica, responsável pelos *th*, *ph*, *rh*, *y*, *w*, *k* e *consoantes dobradas*, que dominaram a convenção escrita durante mais de uma centena de anos.

A ironia característica de Machado estava presente também em suas manifestações metalingüísticas. Certa vez, numa crônica de 1896, na qual comenta os usos e valores que poderiam ser dados às palavras *chefia*, *chefatura*, *chefança* (dentre outras), ele conclui que a coexistência entre *chefatura* e *chefia* talvez se explique porque pode haver, em alguma outra região, "como aqui no Rio de Janeiro, a ortografia da casa".

O marco dessas discussões, que colocavam, de um lado, os defensores de um sistema de base etimológica e, de outro, os favoráveis a uma grafia de base fonética, pode ser a sessão de 13 de junho de 1901, assim noticiada pelo *Jornal do Comércio* de 15 de junho:

ACADEMIA BRASILEIRA

Na última sessão ordinária dessa instituição literária o Sr. Medeiros e Albuquerque propôs que fosse nomeada uma comissão

para estabelecer várias regras tendentes a fixar a ortografia que deve a Academia usar em seu *Boletim*.

No estado atual de nossa língua, inspirando uma verdadeira anarquia ortográfica, cada qual escrevendo como lhe parece e, o que é mais, procurando argumentos para demonstrar que sua ortografia é que é a certa, nenhum serviço mais assinalado pode a Academia prestar do que esse de fixar normas para seu uso, a fim de que em suas publicações oficiais não apareça em cada trabalho uma ortografia diversa conforme o modo de ver do respectivo autor.

É muito provável, porém, que com a autoridade que tem a Academia, uma vez fixadas essas normas para seu uso, sejam elas também adotadas pelos Conselhos de Instrução Pública, pelas tipografias, pela imprensa e assim se terá dado um grande passo para a uniformização da escrita entre nós.

Agora que a Academia Real das Ciências de Lisboa está empreendendo o trabalho da reforma da ortografia portuguesa, é muito oportuna a iniciativa da Academia Brasileira.

O esforço conjunto das duas instituições pode produzir magnífico resultado, o que é sinceramente muito para desejar.

A proposta do Sr. Medeiros e Albuquerque foi aprovada após curto debate em que fizeram observações os Srs. Silva Ramos, José Veríssimo, Rodrigo Otávio e Inglês de Sousa.

O Sr. Presidente nomeou para constituir a comissão os Srs. Medeiros e Albuquerque, Silva Ramos e José Veríssimo, cujo trabalho, depois de impresso, será distribuído por todos os membros da Academia para ser devidamente estudado e resolvido assunto de tanta relevância.

As atas não voltam a indicar que esse trabalho tenha sido apresentado, e a palavra *ortografia* só reaparece na sessão de 5 de maio de 1906, quando é nomeada oficialmente outra "comissão incumbida de propor a reforma ou fixação da ortografia da língua portuguesa, sendo designados os Srs. João Ribeiro, José Veríssimo e Silva Ramos". Um ano depois, na reunião de 2 de maio, Medeiros e Albuquerque apresenta um projeto de reforma contra cuja orientação fonética se insurge Salva-

dor de Mendonça em “defesa da ortografia etimológica, de que é convicto propugnador”.

Até que se começasse a votação, seis outras reuniões ocorreriam, e num inabitual intervalo pequeno de tempo. Por fim, no dia 11 de julho de 1907, a Academia inicia a votação dos itens da reforma ortográfica, e cinco sessões à frente, no dia 17 de agosto de 1907, julga “aprovada a redação definitiva da reforma e autorizada a sua publicação em boletim oficial da Academia”.

O interesse pela questão ortográfica, nesse período que prossegue até o ano de 1945, é muito grande, e disso podem dar alguma idéia os documentos e comentários apresentados no livro *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908)*. Entretanto, como não é o caso de nos estendermos demasiado em considerações a este respeito, remetemos a matéria para duas excelentes fontes:

- A primeira, de Ivo Castro e Isabel Leiria, intitula-se “As Reformas Ortográficas: do romantismo à actualidade” (*A demanda da Ortografia Portuguesa*, p. 204-18). Organizado cronologicamente, o texto abrange o período de 1825 a 1985, descrevendo as reformas ortográficas de portugueses e de brasileiros, bem como os atos oficiais dos governos dos dois países, além de inserir declarações e comentários de filólogos e escritores.

- A segunda, de Edith Pimentel Pinto, na introdução do volume 2 de seu *Português do Brasil: textos críticos e teóricos* (p. XXV a XXXII), discorre sobre a participação pioneira de Medeiros e Albuquerque, a iniciativa de Silva Ramos de aproveitar os estudos de fonética de Gonçalves Viana, a reação dos etimologistas (à frente Osório Duque Estrada) e a *reinvestida* de Laudelino Freire. Narra também todas as idas e vindas dos Acordos firmados e descumpridos entre os governos do Brasil e de Portugal, estabilizados finalmente em 1945, quando (e apesar disso) o que parecia ser o acordo de uniformização da ortografia dos dois países culminou com uma pitoresca unidade de dois sistemas, prevalecendo em Portugal a ortografia de 45 e no Brasil a de 43, alterada em pequenos pontos pela lei nº 5765, de dezembro de 1971. Diga-se de passagem que as alterações no capítulo dos acentos diferenciais e do emprego do acento grave em palavras derivadas com *-mente* ou com *-z* correspondem ao cumprimento da parte que cabia ao Brasil na moção firmada no I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em Coimbra em 1967. Aos portugueses caberia

abolir as *consoantes mudas*, mas essa moção passou despercebida em Portugal.

A idéia voltaria à baila em 1986, quando o governo brasileiro organizou um encontro de delegações dos sete países de língua oficial portuguesa, do qual resultou um novo acordo de unificação ortográfica, igualmente polêmico e causador de uma série de protestos – sobretudo em Portugal, mas também no Brasil. Aprovado em 1990 pelas delegações dos sete países, em reunião realizada em Lisboa, o acordo hoje parece em estado de *hibernação*, oficializado pelo poder legislativo, mas sem data para entrar em vigor.

Em julho de 2002, noticiou-se que o tema seria colocado em pauta na reunião dos agora oito países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), já oficializada a inclusão do Timor Leste como oitava nação da comunidade lusofônica internacional. O resultado lingüístico dos trabalhos foi mais uma evidência de como há complicações para se pensar em uma “unidade ortográfica” do português. É o que se deduz da matéria publicada no *Jornal do Brasil* de 4 de agosto de 2002:

A DITADURA ORTOGRÁFICA DE PORTUGAL

INTRANSIGÊNCIA DIFICULTA ACORDO

Ninguém esperava mesmo que um assunto tão complexo quanto o Acordo Ortográfico, que já se arrasta há 12 anos, chegasse a uma solução em apenas dois dias de reuniões. Mas o fim do encontro foi uma *jarra*, ou melhor dizendo em português de Portugal, um *alguidar de água fria*, em sete dos oito membros, a conclusão da IV Conferência dos Países de Língua Portuguesa, terminada quinta-feira em Brasília.

Em vez de Acordo, o encontro revelou a profunda intolerância ortográfica de Portugal, que exigiu assinar as 17 Declarações e Resoluções em documentos escritos em português “europeu”. O Brasil, que vem assinando documentos em ortografia portuguesa há seis anos, desde que a CPLP foi criada, cedeu mais uma vez à rigidez de Portugal. Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Timor, além de Portugal e Brasil, foram obrigados a assinar duas versões do Acordo de circulação de pessoas, cooperação no combate à SIDA, aliás, Aids, e declarações de paz – em tudo o que não se refira a língua portuguesa.

Saíram cobras, lagartos e expressões idiomáticas exaltadas nas versões brasileira e portuguesa no final nada amistoso do encontro onde as ex-colônias constataram o autoritarismo lingüístico de Portugal. Não se tratava da utilização de palavras cifradas ou enigmáticas para os outros parceiros, como seria o caso de *caqui*, que em Portugal é *diospiro* (literalmente, o fogo de Deus). Os redatores brasileiros dos Acordos buscavam palavras comuns aos oito membros, como “em especial” substituindo “nomeadamente” (que é utilizado como vírgula em Portugal). Em bom brasileiro, não colou.

No início dessa história estão, porém, as doze reuniões da Academia sob a presidência de Machado de Assis, ocorridas entre 5 de maio de 1906 e 17 de agosto de 1907, nas quais se discutiu e se aprovou a “ortografia da Academia”, oficialmente abonada pelo Ministro da Justiça Augusto Tavares de Lyra em 11 de setembro de 1907 como uso válido nos “exames preparatórios, sem prejuízo da nota de aprovação”. Na prática, todavia, esse ato ministerial nunca foi cumprido nos exames.

As sugestões incluídas nas atas, os apartes dos acadêmicos e as solicitações de inclusão ou rediscussão dos itens do projeto original de Medeiros e Albuquerque evidenciam uma disputa entre os *etimologistas* e os *foneticistas*. Numa das sessões, aos 25 de julho de 1907, quando algumas dúvidas foram lançadas a respeito de itens já votados, Machado precisa intervir diante da proposta de Medeiros e Albuquerque de que não se voltasse a eles, e expressa o ponto de vista de que “havia ainda casos duvidosos, coisas a retificar ou coisas a inovar, e era do espírito e de vantagem para a Academia que a reforma saísse o mais acabada possível, o que dependia da discussão sucessiva, esclarecida e aprovada.”

Votada primeiramente na sessão de 11 de julho de 1907 e retomada em alguns pontos nas sessões seguintes de 18 e 25 de julho e 1º de agosto, até sua aprovação final na sessão de 17 de agosto de 1907, essa *organização da ortografia* vigorou na Academia até 1915, quando, por proposta de Silva Ramos, passou a ser adotada a ortografia oficial portuguesa, o que fez renascerem todas as críticas e divergências quanto aos princípios orientadores do sistema, somadas à acusação de inaceitável submissão aos filólogos portugueses.

Trinta anos depois, indicado para participar de uma comissão nomeada pela Academia para organizar a gramática brasileira, Humberto

de Campos assim comenta o assunto imediato de que ela vai cuidar, “o problema da ortografia”:

Eu imagino, entretanto, desde já, o que virão a ser os debates, entre a intransigência de um filólogo eminente como o sr. Ramiz Galvão, que escreve *tio* com *th*, e a de outro como o sr. Silva Ramos, que reclama todos os rigores da simplificação portuguesa, e quando há, no espaço intermédio, toda uma gama de partidários da ortografia mista, liberais em alguns pontos, mas inflexíveis em outros.

O meu voto na Comissão de Gramática e no plenário, na Academia, será pelo restabelecimento da fórmula de 1907. (...) O nome de Machado de Assis, que subscreveu doze artigos desse código, representa, evidentemente, a maior garantia da sua clareza e da facilidade na sua adoção. Restabeleça-o a Academia, e terá, enfim, cumprido a sua grande missão, prestando ao país, e às letras, o mais útil e oportuno serviço. (*Crítica*, p. 158-63)

Verifiquemos então de que forma Machado de Assis participou dessa votação. Conforme está consignado na identificação nominal registrada nas atas.

PROPOSTA 01: supressão do *h* medial:

a) salvo nos grupos *lh*, *nh* e *ch*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 17 votos contra 4).

b) salvo nas palavras derivadas de outras que tenham o *h* inicial (exs.: *deshonra*, *inharmonico*).

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 16 votos contra 5).

PROPOSTA 02: supressão do *w*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 21 votos, unanimidade dos presentes).

PROPOSTA 03: supressão do *k*, substituído por *c* antes de *a*, *o* e *u*, e por *qu* antes de *e* e *i*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 12 votos contra 9).

PROPOSTA 04: supressão do *y*:

a) nas palavras que não sejam nomes geográficos brasileiros.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 17 votos contra 4).

b) nas palavras que sejam nomes geográficos brasileiros.

Voto de Machado: CONTRA (posição vitoriosa por 14 votos contra 7).

PROPOSTA 05: substituição do *ph* por *f*, do *ch* com o som de */k/* por *qu* antes de *e* e *i* e por *c* antes de *a*, *o* e *u*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 17 votos contra 4).

PROPOSTA 06: conservação do *x* com valor de *cs*, *s*, *z* ou *ss*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 15 votos contra 6).

PROPOSTA 07: supressão de todas as consoantes geminadas, inclusive na grafia de pronomes pessoais e demonstrativos ou quando ambas tiverem som (ex.: *infecção*).

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 18 votos contra 3).

N. do A.: Na sessão de 1º de agosto, Machado votaria a favor da manutenção das consoantes dobradas nos pronomes pessoais e demonstrativos (elle, ella, aquelle), posição derrotada por 7 votos contra 4. A proposta volta a votação na sessão de 17 de agosto e, curiosamente, o resultado se inverte, passando a 7 a 4 a favor da manutenção, porque três acadêmicos mudaram seu voto (Medeiros e Albuquerque, Silva Ramos e Mário de Alencar).

PROPOSTA 08: supressão da primeira letra, não pronunciada, dos grupos consonantais *gm*, *gn*, *pt*, *mn*, *ct*, *sc* e outros.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 17 votos contra 4).

PROPOSTA 09: substituição do *g* medial por *j*, sempre que tiver o som palatal.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 17 votos contra 4).

PROPOSTA 10: substituição do *g* inicial por *j*, sempre que tiver o som palatal.

Voto de Machado: CONTRA (posição vitoriosa por 16 votos contra 5).

PROPOSTA 11: substituição do *ç* inicial por *s*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 18 votos contra 3).

PROPOSTA 12: opção pela grafia com *s* nos casos de uso oscilante entre *s* e *ç*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 16 votos contra 5).

PROPOSTA 13: opção pela grafia com *u* nos ditongos de grafia oscilante (*au/ao*, *eu/eo*, *iu/io*).

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 21 votos, unanimidade dos presentes).

PROPOSTA 14: substituição do *s* por *z*

a) sempre que tiver o som */z/*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 13 votos contra 8).

b) exceto nas palavras formadas com os prefixos *des-*, *trans-* e *bis-*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 9 votos contra 3).

N. do A.: O item *b* foi votado na sessão do dia 1º de agosto, como aditamento. Posteriormente, na sessão de 17 de agosto, a proposta é novamente votada: o resultado é a vitória da substituição do *s* por *z*, mesmo no caso desses prefixos. Machado de Assis conserva seu voto (posição derrotada por 6 votos contra 5).

PROPOSTA 15: opção pela grafia das terminações tônicas com *vogal+z* (e não *vogal+s*), exceto no caso do plural das palavras terminadas em vogal tônica, dos pronomes pessoais *nós* e *vós* e das formas verbais tônicas (P2 e P5).

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 18 votos contra 3).

PROPOSTA 16: opção pela grafia dos ditongos átonos finais */ãw/* com *am*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 17 votos contra 4).

PROPOSTA 17: opção pela grafia do som */ã/*ônico final com *ã* e átono final com *an*.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 21 votos, unanimidade dos presentes).

PROPOSTA 18: supressão do apóstrofo nas combinações de preposição + pronome (deste, naquele).

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 21 votos, unanimidade dos presentes).

PROPOSTA 19: adoção da grafia da língua de origem nos nomes próprios estrangeiros.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 21 votos, unanimidade dos presentes).

N. do A.: Na sessão de 1º de agosto, votou-se como aditamento que essa regra se estenderia a qualquer palavra latina não aportuguesada. Machado de Assis votou A FAVOR (posição vitoriosa por 11 votos contra 1).

Votou-se também a extensão da regra a qualquer palavra de qualquer outra língua estrangeira. Machado de Assis votou A FAVOR (posição vitoriosa por 12 votos, unanimidade dos presentes).

PROPOSTA 20: aplicação das regras de simplificação ortográfica aos antropônimos e topônimos já adotados na língua portuguesa.

Voto de Machado: A FAVOR (posição vitoriosa por 14 votos contra 7).

Os votos de Machado de Assis nas dezessete proposições originais (acima desmembradas em vinte itens, para incluir os destaques e as subdivisões mencionadas nas atas) demonstram sua preferência pela ortografia simplificada, *salpicada* vez por outra de uns *temperos* etimológicos.

Quanto às futuras atas da Academia, chama também a atenção a forma como essas decisões influenciariam os hábitos ortográficos do seu redator, naturalmente preocupado em cumprir os princípios aprovados pelos acadêmicos como nova norma de escrever os textos e publicações da Academia.

Sua oscilação e vacilações quanto à grafia das palavras fica muito forte e revela algumas das conseqüências que advêm de uma reforma desse tipo, que realmente precisaria ser, como disse Machado, “o mais acabada possível”.

Por exemplo:

- no registro da reunião de 11 de julho de 1907, o redator, que ainda escreve *acta* no cabeçalho, passa a escrever *ata* no texto, única forma que ele emprega daí em diante;

- o *h* medial em palavras como *ortographico* (às vezes grafada *ortographico*) e *thezoureiro* deixa de ser empregado, mas ainda aparece para marcar o hiato (*atrahido*);

- as consoantes geminadas representando um único fonema deixam de ser empregadas;

- o emprego de *z* para representar o fonema /z/ e de *j* para o fonema /ʒ/ é generalizado, mas há oscilações (como em *presidente / presidencia / prezidente / prezidencia; apresentou / apresentadas; rejimento / regimento / regimental; sufragio / sufragio*)

Por fim, resta ainda mencionar que, na sessão de 12 de setembro de 1907, João Ribeiro apresentou sua proposta sobre divisão de sílabas e acentos gráficos, a qual não foi votada por falta de quórum. Na sessão de 19 de setembro (cuja ata inexistente) também não poderia ser votada, pelo mesmo motivo. O assunto não voltou mais a discussão e não há

nenhuma nova referência ao projeto de João Ribeiro até a última ata do ano de 1908.

Vê-se então que a *ortografia*, a despeito de ser apresentada quase sempre como um estorvo nos estudos da língua portuguesa, tem de fato algo a oferecer aos pesquisadores: não propriamente para uma discussão lingüística, mas para uma reflexão sociológica a respeito do tema língua e sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA Brasileira de Letras. *Efemérides Acadêmicas*. Rio de Janeiro: A Academia, 1997.
- . *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: A Academia, 1999.
- . *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- . *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, n^{os} 1 a 173, vol. 1 a 66, 1910 a 1943.
- . *Vocabulário Onomástico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: A Academia, 1999.
- . *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: A Academia, 1998.
- ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. 3 v. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1973.
- . *A Semana*. 3 v. In: *Obras Completas de Machado de Assis*, vols. 26, 27 e 28. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955, 1957 e 1959.
- CAMPOS, Humberto de. *Crítica*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1935.
- CASTRO, Ivo et alii (org). *A Demanda da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- COURI, Norma. “A ditadura ortográfica de Portugal”. *Jornal do Brasil*: 4 de agosto de 2002. Caderno B, p. 1.
- HENRIQUES, Claudio Cesar. *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.
- . “Machado de Assis: estudioso de língua”. In: JOBIM, José Luís (org). *A Biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 349-57.
- . “Ortografia: os clones contra-atacam.” *O Globo*: 9 de agosto de 2002. 1^o Caderno, p. 7.
- PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*. vol. 2. São Paulo: EdUSP, 1981.